

GILBERTO SCHÄFER

Professor na Faculdade de Direito Ritter dos Reis
Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Magistrado no Rio Grande do Sul

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA E
CONTROLE DE
CONSTITUCIONALIDADE**

Sergio Antonio Fabris Editor
Porto Alegre / 2002

© Gilberto Schäfer

Diagramação e Arte:
PENA - Composição e Arte
Fone: (51) 9983-5783

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, à
SERGIO ANTONIO FABRIS EDITOR
Rua Miguel Couto, 745
CEP 90850-050
Fone: (51) 3233-2681
Porto Alegre - RS
- - - 0 - - -
Rua Santo Amaro, 345
CEP 01315-001
Fones: (11) 3101-5383 / 3101-7039
São Paulo - SP

SUMÁRIO

Introdução	15
I - Ação Civil Pública	21
1.1 - A Ação Civil Pública como mecanismos de acesso à Justiça	21
1.2 - Experiências do Direito Comparado	28
1.3 - Antecedentes, Projeto e Legislação da Ação Civil Pública	31
1.4 - Objeto da Ação Civil Pública	33
1.5 - ACP como Tutela dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos	36
1.5.1 - Indeterminação dos sujeitos	39
1.5.2 - Indivisibilidade do objeto	40
1.5.3 - Intensa litigiosidade interna	42
1.5.4 - Transição ou mutação no tempo e no espaço	43
1.5.5 - Interesses coletivos	43
1.5.6 - Interesses individuais homogêneos	44
1.6 - Legitimação para a propositura da Ação Civil Pública	46
1.7 - A nova dimensão da coisa julgada na ACP	52
1.7.1 - Aspectos gerais da coisa julgada	52
1.7.1.1 - Limites subjetivos da coisa julgada	54
1.7.1.2 - Limites objetivos da coisa julgada	56

1.7.2 - Da coisa julgada na Ação Civil Pública	56
1.7.2.1 - O sistema da coisa julgada no CDC.....	57
1.7.2.2 - Coisa julgada e interesses difusos	59
1.7.2.3 - Coisa julgada e interesses coletivos	60
1.7.2.4 - A coisa julgada nos interesses individuais homogêneos	60
1.7.2.5 - A extensão do art. 16 da Lei da Ação Civil Pública	62
1.8 - Litispêndia	64
II - Controle da Constitucionalidade	69
2.1 - Noções Introdutórias.....	69
2.1.1 - A supremacia constitucional	69
2.1.2 - Noção de inconstitucionalidade	70
2.1.3 - Modelos de controle da constitucionalidade.....	72
2.2 - O Controle da Constitucionalidade no Direito Brasileiro	77
2.2.1 - Histórico e evolução	77
2.2.2 - O controle de constitucionalidade na égide da Constituição de 1988	82
2.2.2.1 - O controle difuso	82
2.2.2.2 - Controle concentrado de normas	85
2.2.2.2.1 - A representação interventiva	85
2.2.2.2.2 - As ações genéricas	87
2.2.2.2.2.1 - A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn)	88
2.2.2.2.2.2 - Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	92
2.2.2.2.2.3 - A omissão.....	98
2.2.2.2.2.3.1 - A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	99
2.2.2.2.2.3.2 - Mandado de Injunção	101
2.2.2.3 - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	105
III - O Controle da Constitucionalidade na Ação Civil Pública	111
3.1 - As Críticas ao Controle na ACP	111

3.2 - O Controle Difuso Usurpa Competência dos Órgãos Legitimados para as Ações Genéricas Diretas?	115
3.2.1 - O controle difuso.....	115
3.2.2 - O caso paradigma	119
3.2.2.1 - Ações contra atos ilegais do poder público.....	121
3.2.2.2 - Ação coletiva dos beneficiados.....	122
3.2.2.3 - Direito adquirido.....	123
3.2.3 - A ACP não é um processo objetivo	124
3.2.4 - Efeitos da coisa julgada	127
3.2.5 - O recurso extraordinário: Garantia da supremacia do STF	133
3.3 - Casos Especiais de Controle de Constitucionalidade.....	137
3.3.1 - Inconstitucionalidade Superveniente	137
3.3.2 - Direito municipal.....	146
3.3.3 - Leis apenas formais.....	158
3.3.3.1 - Decisão que admite o controle difuso.....	168
3.3.3.2 - Decisão que não admite a apreciação difusa	170
Conclusão	173
Bibliografia	177